



10132976



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

**Memória de Reunião**  
Comitê de Governança Estratégica - CGE

<b>DATA:</b>	31/10/2019	
<b>LOCAL:</b>	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>
1.	Flávia Cecília Maceno Blanco	GM
2.	Luiz Pontel de Souza	SE
3.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
4.	Christiane Maranhão de Oliveira	SPO
5.	Rogério Xavier Rocha	SAA
6.	Rodrigo Lange	DTIC
7.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
8.	Vladimir Passos de Freitas	AEAL
9.	Maria Hilda Marsiaj Pinto	SENAJUS
10.	Luciano Benetti Timm	SENACON
11.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
12.	Guilherme Cals Theophilio Gaspar de Oliveira	SENASP
13.	Rosalvo Ferreira Franco	SEOPI
14.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
15.	Fernando Carlos Wanderley	FUNAI
16.	David de Lima Feitas	SPO
17.	Ivan Gomes Bonifácio	SENAJUS
18.	Maria das Graças Gonçalves Almeida	SENACON
19.	Freibergue Rubem do Nascimento	SENASP
20.	Diego Mantovaneli do Monte	DEPEN
21.	Alfredo José de Souza Junqueira	PF
22.	Mariana Rodrigues	AN
23.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
24.	Robson Ferreira Polito	CGGE
25.	Aline Rosa Roriz	CGGE
26.	Ciro Ferreira	PRF
27.	Vinicius Eloy dos Reis	CADE
28.	Giovanni Magliano	SENAD
29.	Diogo D. Soriano	SENAD

30.	Hugo Torres do Val	SENAD
31.	João Pinto	FUNAI
32.	Fernanda Carvalho Andrade Campos	FUNAI
33.	Marizete Furtado	SPO
34.	Leonardo Bernades Soares	SENACON
35.	Eduardo Bonfim	SE
36.	Rafael Henrique Cerqueira	CGGE
37.	Alexandre Futuro	GM
38.	Flávia Heideman	GM
39.	Ronaldo Vieira Bento	OUV
40.	Luis Laviano	SENASP
41.	Cássia Poliana	CGGE
42.	Deborah Botelho	CGGE
43.	Zenaide Vaz	CGGE
44.	Zaira Spohr	SPO
45.	Natália S. Rios dos Reis	AFEPAR
46.	Washington Clark dos Santos	DEPEN
47.	Sérgio Rodrigues da Silva	CCONT
48.	Larissa Corte	AN
49.	Fábia Oliveira Martins de Souza	AN
50.	Julyana dos Santos Coêlho	SENASP
51.	Renato de Castro	SENASP
52.	Bernardo Batista de Assumpção	CONJUR

**PAUTA:**

1. Abertura;
2. Informes SE;
3. Informes GM;
4. Monitoramento do Planejamento Estratégico - panorama de projetos e indicadores até setembro/2019: SENAD, SENACON e AN;
5. Elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023 e informes SPO/SE;
6. Informes DTIC/SE;
7. Gestão de riscos e de integridade;
8. Encaminhamentos.

**DELIBERAÇÕES**

1. A reunião do Comitê de Governança Estratégica – CGE, de 31 de outubro de 2019, teve início com a abertura do Secretário-Executivo, Sr. Luiz Pontel, e posterior convite aos titulares presentes sobre o evento no Palácio do Planalto, em 04 de novembro de 2019, referente às realizações dos 300 dias de governo, onde algumas iniciativas de destaque no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP seriam abordadas (Delegacia modelo de investigação e análise financeira; Em Frente Brasil; Força de Cooperação Penitenciária; Lei nº 13.886, de 17 de outubro de 2019 – conversão da MP 885, de 2019 – Venda de bens apreendidos de traficantes; Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos). Ressaltou a importância das unidades se atentarem para o repasse de informações fidedignas e relevantes quando solicitadas, uma vez que os conteúdos vêm sendo inseridos e disponibilizados por meio da Plataforma Governança, sistema de monitoramento da Presidência da República.

2. Ainda sobre o referido sistema, a Chefe do Gabinete, Sra. Flávia Blanco, apresentou o módulo “Eventos”. Informou que seria encaminhado um ofício às unidades para a indicação de duas pessoas (preferencialmente vinculadas ao Gabinete) para o preenchimento das informações sobre eventos, de modo a facilitar a comunicação com o Gabinete do Ministro e com a Presidência da República, bem como viabilizar a participação das autoridades.

3. O Sr. Luiz Pontel aproveitou a oportunidade para compartilhar com os presentes sobre o reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos no Ministério pela Presidência da República, especificamente sobre o Sistema de Governança, instituído pela Portaria nº 86/2019, sendo considerada modelo de referência para a Esplanada. Além disso, a Presidência tem elogiado a prestação de informações (com agilidade e qualidade), a consistência dos projetos do órgão e a dedicação para a realização e o alcance de resultados dos projetos.

4. Dando continuidade à pauta, o monitoramento do Planejamento Estratégico foi realizado a partir da explanação do andamento dos projetos estratégicos selecionados em reunião anterior, bem como dos resultados de determinados indicadores. O Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, Sr. Luiz Beggiora, iniciou a apresentação com o Projeto “Esforço concentrado para leilão de ativos do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD”, em situação adiantada frente ao cronograma previsto. O projeto tem como objetivo promover a aceleração do leilão de ativos perdidos ao FUNAD, de forma a reduzir o estoque de ativos aguardando destinação e ampliar a arrecadação para o FUNAD. As fases de leilões e de credenciamento de leiloeiros naqueles estados que ainda não possuíam foram iniciadas em outubro, sendo realizados 5 leilões até o momento da presente exposição. Trouxe ainda dados sobre os avanços promovidos desde o início do exercício de 2019 pela gestão de ativos, incluindo a possibilidade de alienação antecipada de bens pelo leiloeiro. Com relação ao indicador “Quantidade de ativos

leiloados” apresentou valor de 78 veículos leiloados, o que resultou em arrecadação de aproximadamente R\$ 1,2 milhões. Destacou ainda o projeto “Check-in” que permitiu mapear e catalogar os bens que se encontram nos pátios para realização dos leilões.

5. A Sra. Flávia Blanco pontuou ainda que cerca de 20% a 40% do montante decorrente da alienação de bens por determinada força policial estadual seria revertido em prol daquela instituição específica. Complementarmente, o Sr. Luiz Beggiora esclareceu que para tanto o estado deveria apresentar um plano de ação, realizar a adesão e estabelecer uma comissão responsável (estrutura orgânica no estado) para avaliação e alienação.

6. O Secretário Nacional do Consumidor, Sr. Luciano Timm, expôs sobre o Projeto “Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br com foco na desjudicialização” e o indicador “Quantidade de demandas finalizadas na Plataforma Consumidor.gov.br”. O projeto, que tem como objetivo reduzir os litígios judicializados por meio do uso da plataforma Consumidor.gov.br e aperfeiçoar métodos auto compositivos, apresentou 82% de execução até o mês de outubro (situação satisfatória). Destacou que, além de terem sido firmados Acordos de Cooperação Técnica com praticamente todas as Agências Reguladoras, um decreto presidencial será publicado com a definição do Consumidor.gov.br como plataforma única de governo para reclamação de disputas de consumo. Informou o índice de resolubilidade da plataforma (83%), já ultrapassando a meta prevista para o ano de 2019, com resultado de 562.711 demandas finalizadas na plataforma.

7. Aproveitou o ensejo para divulgar o vídeo publicitário em parceria com o Conselho Nacional de Jus sobre a integração da Plataforma com o Processo Judicial Eletrônico, de modo a evidenciar a importância do sistema para um processo de desjudicialização mais efetivo.

8. Por fim, a Diretora Geral do Arquivo Nacional, Sra. Neide de Sordi, apresentou o Projeto “Desenvolvimento e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA da Administração Pública Federal”, cujo objetivo é fortalecer o SIGA e sua atuação como sistema estruturador das atividades de gestão de documentos de arquivo da Administração Pública Federal. O projeto monitorado apresentou 49% de conclusão em outubro. Ressaltou que o atraso do projeto seria decorrente das mudanças metodológicas a ser aplicadas no sistema SIGA, tanto pela adesão do Arquivo Nacional à Rede de Transparência e Acesso da CGU quanto pelo desenvolvimento do sistema de governança da gestão de documentos do SIGA. Com relação ao indicador “Acesso às bases de dados sobre o acervo” apresentou coleta de 2.790.305, comparada à meta estabelecida para 2019 de 2.250.000 acessos.

9. A Sra. Neide de Sordi informou ainda sobre a elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023 do Arquivo Nacional, alinhado ao planejamento do MJSP, além de determinados esforços para melhorias administrativas internas do órgão. Na ocasião, a servidora Fábria Oliveira reforçou ainda o apoio da Secretaria-Executiva e a importância dos trabalhos realizados no âmbito da Comissão Técnica do CGE - CT-CGE no detalhamento de políticas públicas, em que o Arquivo Nacional foi uma das unidades piloto, trazendo impactos positivos nas atividades desenvolvidas pelo AN.

10. Em seguida, a Subsecretária de Planejamento e Orçamento, Sra. Christiane Maranhão, abordou sobre o processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023, que se encontra em fase de reuniões com as unidades para melhor compreensão e priorização das propostas de projetos estratégicos, envolvendo a participação do Gabinete do Ministro, Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, Subsecretaria de Administração e Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação. A priorização será considerada para elaboração do PDTIC 2020-2023. O prazo para análise e validação prévia de indicadores, metas e projetos estratégicos pelo Gabinete do Ministro e pela Secretaria-Executiva se encerra em 14 de novembro, sendo submetidos à deliberação na próxima reunião do CGE.

11. Além disso, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, reforçou que aquisições e contratações envolvidas nos referidos projetos deverão constar do Plano Anual de Contratações (PAC 2020), instrumento elaborado no 1º trimestre de 2019 e que se encontra em fase de revisão no mês de novembro, de modo a promover maior maturidade e aderência do referido plano aos projetos estratégicos.

12. Referente à execução orçamentária, a Sra. Christiane Maranhão destacou a baixa execução do Ministério, com resultado de 57% até o momento, a partir do comparativo entre o valor empenhado e o limite disponível. No entanto, há previsão de aumento do alcance da meta com a execução do Fundo Nacional de Segurança Pública. Mencionou ainda acerca do descontingenciamento de aproximadamente R\$ 10,7 milhões para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, bem como a publicação do “De-Para” orçamentário da Fundação Nacional do Índio, com a transferência do orçamento para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, embora com alguns ajustes a serem realizados. A Subsecretária alertou ainda os prazos orçamentários estabelecidos: i) Decreto nº 9.711/2019: os órgãos e as unidades orçamentárias do Poder Executivo federal constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União somente poderão empenhar dotações orçamentárias até 6 de dezembro de 2019. Após esse período, a SOF fará o recolhimento de todo o limite não empenhado, e havendo necessidade de empenho no órgão deverá ser apresentada justificativa junto ao Ministério da Economia; ii) Portaria SPO nº 3/2019: janela orçamentária no SIOP entre o período de 01 a 12 de novembro, com a possibilidade de solicitar alteração de grupo de natureza de despesa (GND) e de trocas de ações orçamentárias, desde respeitados os limites de 20% a 30% de suplementação. Será realizada a captação no SIOP das solicitações, no âmbito do Poder Executivo, de créditos suplementares autorizados na LOA2019 referentes a despesas classificadas com RP 2, 3, 6 ou 7 01 e 02 de novembro será o prazo para solicitar alteração das naturezas de custeio.

13. Dando continuidade, o Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, Sr. Rodrigo Lange, trouxe aos presentes a informação de que a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) do MJSP foi aprovada pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação, a qual estabelece as diretrizes gerais de segurança do órgão. O referido documento foi encaminhado para análise e parecer da Consultoria Jurídica, sendo objeto de deliberação posteriormente no âmbito do Comitê de Governança Estratégica. Mencionou ainda sobre a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020-2023, com reunião inicial para orientações a ser realizada em 01 de novembro. O prazo para levantamento das necessidades de todas as demandas de TIC pelas áreas se encerra no dia 12 de novembro, para posteriormente serem consolidadas, analisadas e inseridas pela DTIC no PAC 2020.

14. O Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, versou sobre a 3ª fase de implementação do Programa de Integridade. Dentre as iniciativas, uma minuta de portaria estaria sendo elaborada, a fim de incluir cláusula sobre a Política de Integridade do Ministério nos contratos a serem celebrados pela Pasta, bem como incluir nos editais de licitação, e nos subsequentes contratos celebrados, com valor superior a R\$ 10 milhões, a obrigatoriedade de um programa de integridade nas empresas contratadas. O prazo para envio de contribuições das unidades à minuta de portaria será até o dia 13 de novembro, para ser submetida à Consultoria Jurídica e à Assessoria Especial de Assuntos Legislativos. Com relação aos Eventos de Riscos de Integridade, a AEI vem trabalhando na construção e consolidação de eventos de riscos e de integridade que envolvam desde a formalização da política pública até a prestação de contas, de modo a facilitar a implementação dos programas finalísticos de cada unidade. Após essa etapa, será realizada a avaliação do tratamento de riscos, considerada etapa essencial ao serem analisados impacto, probabilidade e mecanismos de controle necessários de implementação.

15. Acerca do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2019, foi elaborado um modelo de relatório tendo como base a cadeia de valor, em conjunto com a Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE/SPO/SE/MJSP, a partir da publicação da DN TCU nº 173, de 23 de outubro de 2019. O relatório deverá contemplar o resumo dos principais resultados, objetivos estratégicos e prioridades da gestão. O segundo capítulo tratará de informações sobre a visão geral organizacional e o ambiente externo (visão, missão, valores, estrutura organizacional e de governança, ambiente externo e o modelo de negócios), enquanto o terceiro capítulo tratará a governança, estratégia e alocação de recursos do Ministério. Ainda versará sobre: riscos, oportunidades e perspectivas; resultados e desempenho da gestão (informações orçamentárias, financeiras e contábeis); principais desafios enfrentados no exercício e no futuro; metas para o próximo exercício e perspectivas para o futuro. Demais orientações serão repassadas aos interlocutores tanto em reunião quanto em processo SEI específico.

16. Por fim, o Sr. Luiz Pontel informou que serão responsáveis pela apresentação do monitoramento da estratégia na próxima reunião: a) Gabinete do Ministro: Projeto Serpico; b) SENAJUS: Projeto Sistema para Processamento de Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado - SISCONARE e um indicador; e, c) SENASP: Projeto de Estruturação do SUSP para o financiamento na modalidade de Transferência Fundo a Fundo e um indicador.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Ferreira Polito, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional - Substituto(a)**, em 22/11/2019, às 14:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **ALINE ROSA RORIZ, Administrador(a)**, em 22/11/2019, às 14:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DEBORAH LUCIA SIQUEIRA BOTELHO, Chefe da Divisão de Planejamento, Informação e Inovação Institucional**, em 22/11/2019, às 14:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL HENRIQUE CERQUEIRA, Analista de Planejamento e Orçamento**, em 22/11/2019, às 14:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bernardes Soares, Assistente Técnico(a)**, em 22/11/2019, às 15:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rosalvo Ferreira Franco, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 22/11/2019, às 15:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA CECÍLIA MACENO BLANCO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 22/11/2019, às 15:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Rutyna Heidemann, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 22/11/2019, às 15:41, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Rodrigues Carrijo, Usuário Externo**, em 22/11/2019, às 16:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Hilda Marsiaj Pinto, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 22/11/2019, às 16:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Eloy dos Reis, Usuário Externo**, em 22/11/2019, às 17:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Zaira Spohr, Chefe da Divisão de Apoio**, em 22/11/2019, às 18:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 22/11/2019, às 19:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior, Diretor(a) de Gestão de Ativos - Substituto(a)**, em 25/11/2019, às 09:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Natália da Silva Rios dos Reis, Coordenador(a)-Geral de Assuntos Federativos e Administrativos**, em 25/11/2019, às 10:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 25/11/2019, às 11:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PONTEL DE SOUZA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 25/11/2019, às 11:40, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 25/11/2019, às 13:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 25/11/2019, às 13:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 25/11/2019, às 14:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 25/11/2019, às 14:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 25/11/2019, às 18:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CIRO VIEIRA FERREIRA, Usuário Externo**, em 26/11/2019, às 14:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 27/11/2019, às 16:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BENEVIDES BOMFIM, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 27/11/2019, às 17:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 28/11/2019, às 09:22, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 29/11/2019, às 18:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Bordignon, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 02/12/2019, às 09:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO MANTOVANELI DO MONTE, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do DEPEN**, em 03/12/2019, às 13:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Maranhão de Oliveira, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 03/12/2019, às 15:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vladimir Passos de Freitas, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Legislativos**, em 04/12/2019, às 09:12, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RIAN GOMES CORREA, Chefe do Serviço de Apoio Técnico**, em 09/12/2019, às 16:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON CLARK DOS SANTOS, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – Substituto(a)**, em 10/12/2019, às 09:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 23/12/2019, às 15:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo José de Souza Junqueira, Usuário Externo**, em 07/01/2020, às 16:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **10132976** e o código CRC **23068067**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acao-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.